

MEMÓRIA, CINEMA, ANISTIA E A EXTREMA DIREITA NO BRASIL E NA ARGENTINA

MEMORY, CINEMA, AMNESTY AND THE EXTREME RIGHT IN BRAZIL AND ARGENTINA

Alessandra Maia Terra de Faria

Professora de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), coordenadora do Grupo Na Memória PUC-Rio, pesquisadora plena no Ateliê de Humanidades e no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ).

Sean Thomas Atchison

Pesquisador Fulbright convênio Brasil/EUA – Fulbright-John Lewis Civil Rights Fellow – no Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

RESUMO

Neste artigo, sugerimos uma reflexão sobre a ascensão da extrema direita nas democracias latino-americanas, particularmente ao analisar o Brasil e a Argentina. Argumentamos que as disputas pela memória pública em relação à época das ditaduras militares criou consequências profundas para as culturas políticas e populares dos respectivos países. Segundo uma perspectiva interdisciplinar, afirmamos que o avanço recente da extrema direita não pode ser explicado isoladamente pela crise econômica, pela instabilidade política ou pela intervenção internacional. Apontamos que as disputas e a manipulação da memória pública nos países tornam evidente uma das estratégias principais da extrema direita. Ao mesmo tempo, as políticas de verdade e de memória pública aprofundam as barreiras ao sucesso da extrema direita, especificamente quando ela acumula poder político considerável. Para tanto, analisamos estatísticas dos governos, pesquisas de opinião pública e literatura existente. Além disso, desenvolvemos uma comparação entre os longas-metragens *Ainda estou aqui* (2024) e *Argentina, 1985* (2022), que retratam testemunhos pessoais nos regimes autoritários no Brasil e na Argentina, respectivamente. Dessa forma, o artigo contribui para a literatura de dois modos principais. Primeiro, ao abordar a importância das políticas de memória pública como barreiras ao sucesso eleitoral de governos da extrema direita. Segundo, ao estabelecer o impacto dos dois filmes na criação e manutenção de memórias públicas.

Palavras-chave: memórias públicas; democracia; extrema direita; cinema.

ABSTRACT

In this article, we develop a reflection on the rise of the far right in Latin American democracies, specifically by analyzing Brazil and Argentina. We argue that the disputes over public memory in relation to the era of military dictatorships have had profound consequences for the political and popular cultures of the respective countries. From an interdisciplinary perspective, we explain that the recent rise of the far right cannot be explained in isolation by the economic crisis, political instability or international intervention. We argue that the disputes and manipulation of public memory in the countries make one of the main strategies of the far right evident. At the same time, public memory and truth policies create barriers to the success of the far right, even when it accumulates considerable political power. To do so, we analyze government statistics, public opinion polls and existing literature. In addition, we compare the films *Ainda estou aqui* (2024) and *Argentina, 1985* (2022), which portray personal testimonies in authoritarian regimes in Brazil and Argentina respectively. In this way, the article contributes to the literature in two main ways. First, by addressing the importance of public memory policies as barriers to electoral success and far-right governments. Second, by establishing the impact of the two films on the creation and maintenance of public memories.

Keywords: public memories; democracy; extreme right; cinema.

Introdução

Governos democráticos em todo o mundo enfrentam crises de legitimidade. Nos Estados Unidos e na Europa, a ascensão da extrema direita e de seus representantes políticos pode ser associada a uma perspectiva de crise democrática, na literatura acadêmica e na mídia. O risco mundial de narrativas populistas que emergem em contextos de crise é, de certo modo, exacerbar a excepcionalidade da crise e, ao abrir mão da complexificação das representações da sociedade e de sua soberania em nome da urgência, fazer ruir as estruturas que podem permitir o alargamento dos processos de constituição de públicos democráticos capazes de compor linhas de superação das crises (Faria; Silva, 2021). No entanto, para melhor compreender a ascensão da política de extrema direita e a crise da democracia, a experiência recente na América Latina nos ajuda em um diagnóstico ampliado.

Uma questão abordada neste artigo é que a ascensão da extrema direita não pode ser explicada simplesmente pela turbulência econômica; ela requer uma análise mais aprofundada da história, da política, das relações internacionais e da memória pública. Tais tópicos e a própria ascensão da extrema direita são complexos e multifacetados; uma perspectiva única ou mesmo multidisciplinar examinaria inadequadamente suas causas e não forneceria soluções suficientes. Por isso, em nossa análise, nós nos baseamos em áreas acadêmicas de modo interdisciplinar, através da ciência política, da psicologia, das relações internacionais, da história, da sociologia política e dos estudos culturais.

Para abordar a questão das democracias em crise, nós nos voltamos para as democracias da América Latina e suas histórias complexas, para obter *insights*. A partir da década de 1980, países em toda a América Latina iniciaram o processo de reconstrução de suas instituições democráticas e, em alguns casos, a criação de novas instituições. Na década de 1960, apoiados pelos Estados Unidos, oficiais militares subverteram e derrubaram os sistemas democráticos de poder existentes na região. Brasil e Argentina vivenciaram ditaduras profundamente traumáticas, extensas e violentas. Hoje, tanto os dois países como o apoiador dos golpes do passado, vivenciam a ascensão da extrema direita. Para os propósitos deste artigo, a fim de conceituar a extrema direita segundo Mudde e Kaltwasser (2018), há um intercalar de características, como exclusivismo, traços antidemocráticos, tradicionalismo e, do ponto de vista econômico, valorização do “livre mercado”. Entre suas características mais aparentes está seu caráter antissistema e certa hostilidade à democracia liberal, o que gera tensões quanto às boas práticas de governança, como a necessidade de prestação de contas e transparência governamental. Uma análise das histórias do Brasil e da Argentina e das atuais lutas democráticas fornece evidências sobre os desafios e processos de democratização de seus governos.

O revisionismo da extrema direita manipula e explora a memória pública para idolatrar o passado. Conforme observado por Santos (2019), a memória pública refere-se ao processo pelo

qual as sociedades estabelecem o significado de eventos passados. A partir de Maurice Halbwachs (Paugam, 2025), ampliou-se a percepção de que as reconstruções do passado ocorrem no presente, relacionadas às memórias constituídas em grupos sociais. Para Halbwachs (*apud* Paugam, 2025), memórias individuais são constituídas com o suporte de estruturas sociais mais amplas, chamadas pelo sociólogo de quadros sociais da memória, como a linguagem; e carregam com elas o contexto social em que foram produzidas. Não por acaso, portanto, grande parte dos estudos sobre memória social no campo das Ciências Sociais apoia-se em abordagens e caminhos metodológicos indicados por Halbwachs, que analisa memórias constituídas por grupos sociais, como famílias, operários e partidos políticos.

Esse processo ocorre na interseção do passado e do presente, bem como em relação ao futuro. Por outro lado, a memória pública pode ser distinguida da memória coletiva de várias maneiras. Por um lado, se limitarmos a memória coletiva à produção e transmissão de memórias compartilhadas dentro do estreito quadro de "grupos intermediários" (famílias, igrejas etc.), falaremos de memória pública para designar também grupos que problematizam publicamente uma "perturbação" de memória e, quando apropriado, exigem reconhecimento (compaixão, arrependimento, reparações etc.) das autoridades oficiais e a tradução de suas demandas em uma política memorial. Neste último caso, a memória pública aguarda a memória oficial. A percepção da memória como processo e produto que se transformam continuamente traz imprevisibilidade e incerteza às narrativas sobre o passado, pois sabemos que algo sempre escapa do campo interpretativo e das memórias que elegemos como objeto. Para explicar melhor como as políticas de memória impactam a política atual, analisamos as políticas de memória pós-ditadura brasileira e argentina, respectivamente. Este artigo baseia-se no trabalho de acadêmicos da última década, que elaboraram análises críticas da memória pública na América Latina. Em diálogo com tais estudos, incluímos uma análise dos resultados recentes das eleições no Brasil e na Argentina, em 2022 e 2023.

Primeiramente, definimos termos e conceitos centrais para a redemocratização, examinando também seus contextos históricos. Em seguida, focamos as diferentes abordagens da Argentina e do Brasil sobre a redemocratização e as ramificações destas para a política contemporânea dos respectivos países. Posteriormente, analisamos o caso do processo de redemocratização do Brasil e, em seguida, o conectamos com a ascensão do presidente de extrema direita Jair Bolsonaro em 2018, bem como com sua derrota por uma margem apertada em 2022. Em seguida, examinamos a redemocratização da Argentina, avaliando o trabalho do presidente Raúl Alfonsín e a ascensão de Javier Milei em 2023. Concluímos comparando as recepções e os contextos dos filmes *Argentina, 1985* (2022) e *Ainda estou aqui* (2024).

Redemocratização na América Latina: os casos de Brasil e Argentina

Muitos acadêmicos estadunidenses referem-se à década de 1980, na América Latina, a partir o colapso das ditaduras em toda a região, como o início da democratização. No entanto, esse

conceito é problemático, porque ignora que a maioria dos países da região já possuía democracias antes da década de 1960. Um pilar da política externa estadunidense era o envolvimento em operações secretas para reestruturar governos em sistemas autocráticos que beneficiassem os objetivos ideológicos, econômicos e políticos dos Estados Unidos (Thyne, 2010).

Por esse motivo, referimo-nos a esse período como redemocratização, uma palavra que carrega consigo o reconhecimento da história das lutas da região em relação à democracia (D'Araujo, 2014). Adotando uma terminologia originária da reflexão acadêmica da América Latina, podemos examinar criticamente a história do imperialismo estadunidense e seus impactos duradouros. Além disso, esses termos reconhecem a sensibilidade dessas questões e centralizam as experiências tumultuadas, incertas e traumáticas de dezenas de milhares de vítimas e suas famílias.

Em muitos países ao redor do mundo, governos em processo de (re)democratização têm utilizado comissões da verdade para tentar registrar as histórias de violência estatal, com seus limites e potencialidades (Schettini, 2022). Essas investigações, normalmente lideradas pelos governos, tiveram vários graus de sucesso, mas, em sua maioria, enfrentaram dificuldades para retratar com precisão a violência estatal e construir argumentos para responsabilização. O trabalho do Comissão Nacional de Desaparecimentos de Pessoas (Conadep) demonstrou o potencial das comissões da verdade em todo o mundo. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) do Brasil teve menos sucesso por uma infinidade de razões, como analisaremos mais adiante. Como observa Schettini (2022), se as primeiras comissões da verdade surgiram na década de 1980 como um tipo de segunda opção ou de alternativa à justiça penal, por vezes inviabilizada em contextos de transição – impedidas por leis de anistia ou políticas oficiais de esquecimento e perdão –, hoje elas são consideradas instituições determinantes para a consolidação da ordem democrática em contextos pós-conflito ou pós-governos autoritários.

O termo "desaparecidos", em português e espanhol, descreve o processo de violência estatal. Uma estratégia central das ditaduras latino-americanas era destruir a memória individual em torno da violência que infligiram. Devido a isso, a violência estatal não era apenas o assassinato intencional de cidadãos, mas também o apagamento da existência deles. As memórias das pessoas continuavam apenas nas mentes de seus entes queridos, enquanto o governo apagava registros públicos. O desaparecimento de cidadãos por parte dos governos brasileiro e argentino constitui a base para o *gaslighting* sistêmico, político e social moderno da extrema direita. Por essa razão, o tipo específico de violência usado durante esse período deve ser nomeado. Em 2024, foi relembrado que há 60 anos um golpe iniciou a última ditadura brasileira, que durou de 1964 a 1988. Durante o governo militar, centenas de pessoas desapareceram, principalmente estudantes e sindicalistas. Membros desse governo, torturaram dezenas de milhares de outras pessoas em organizações privadas, e, finalmente, três décadas

depois, o governo civil fez esforços extraordinários para contar as histórias dessas vítimas e fazer com que elas fossem lembradas.

O primeiro esforço abrangente para documentar a verdadeira extensão desses horrores secretos foi o relatório do projeto Brasil: Nunca Mais, da Arquidiocese de São Paulo, em 1985. No entanto, esse relatório não teve apoio institucional e enfrentou forte oposição de autoridades militares. Ele documentou aproximadamente 380 vítimas de assassinato, ou seja, cerca de metade do número de vítimas do relatório da CNV. Só em 1974, o governo militar brasileiro cometeu mais de 104 assassinatos extrajudiciais, de acordo com um memorando da Agência Central de Inteligência (CIA) estadunidense, em 11 de abril de 1974 (Colby, 1974). O mesmo memorando revelou a coordenação da brutalidade nos mais altos escalões do governo, incluindo o presidente general Ernesto Geisel.

Embora a violência patrocinada pelo Estado no Brasil tenha resultado em um número menor de assassinatos se comparado à Argentina, os traumas coletivos e pessoais causados pela ditadura não devem ser subestimados. Essa diferença não deve ser interpretada como menor violência ou opressão. Como observado na literatura, a ditadura brasileira era um “poder de tortura” (Améry, 2004). Dezenas de milhares de pessoas foram torturadas pelo regime militar.

Em meio a essas tentativas privadas de documentar os crimes do regime, o processo de redemocratização do Brasil continuou. A Lei da Anistia, de 1979, foi crucial para que os militares interrompessem o processo e a investigação formal de oficiais militares e de alta patente pelos crimes que possam ter cometido durante os 24 anos de ditadura. Conforme Rubens (2019), tal lei era incrivelmente ampla: “A anistia é concedida a todos aqueles que, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, cometaram crimes políticos ou conexão com eles”. Ela definiu essa conexão com crimes como “crimes de qualquer natureza, relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política” (Rubens, 2019). Segundo Atencio (2014), o governo de transição de José Sarney se engajou na “política da reconciliação por meio do esquecimento institucionalizado” (Atencio, 2014, p. 29). A manipulação da legislação de anistia no Brasil prenuncia um padrão de comportamento dos militares que perdura até hoje.

O engajamento em torno da Lei de Anistia também representa uma abordagem sistemática à violência e à política de extrema direita por parte da sociedade brasileira em geral. A Constituição de 1988 foi uma oportunidade para uma transição firme do governo para um governo com responsabilidade. No entanto, políticos reforçaram a Lei de Anistia e subverteram a memória pública. Ao final, há poucas diferenças entre a Constituição de 1988 e sua antecessora de 1967 no que diz respeito às cláusulas que tratam das Forças Armadas (Zaverucha, 1998). Essas ações teriam consequências drásticas para o movimento por responsabilização.

A primeira tentativa oficial do governo de contar a história das vítimas de assassinatos e desaparecimentos de Estado foi no relatório *Direito à memória e à verdade*, de 2007, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMPD). É importante notar que, a essa altura,

a questão da responsabilização e da justiça para as vítimas já havia sido essencialmente apagada da discussão. De fato, como aponta Atencio (2014), a palavra "justiça" aparece apenas uma vez em todo o relatório. A concessão do governo aparentemente se torna uma forma de se mostrar disposto a descobrir a verdade, mas refuta qualquer capacidade de responsabilização. Em contraste com o que discutiremos sobre a Argentina, o governo brasileiro não vê direito à justiça para as vítimas e, sem justiça, a memória e a verdade se tornam pouco mais do que palavras destinadas a apaziguar aqueles que sofreram por causa da violência do governo militar. Isso teve implicações adicionais para a ascensão de Bolsonaro e o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016 (Faria; Rivetti; Butterby, 2023).

Nesse sentido, a CNV foi uma peça fundamental da política interna da presidente Dilma Rousseff, que governou o país entre 2011 e 2016. Rousseff, vítima de tortura durante a ditadura, representou o que muitos consideraram, na época, uma mudança para o Brasil – a primeira presidente do país e uma forte rejeição à política de centro e extrema direita. A história de Rousseff é complexa, especialmente nos dois últimos anos de sua presidência. Para essa discussão, o aspecto mais importante é a forma como seus escândalos foram amplificados por líderes amigos dos militares e, segundo seus aliados, em alguns casos, criados por eles (Penido; Janot; Rodrigues, 2021).

Fora do Brasil, círculos de mídia nos Estados Unidos retrataram seu *impeachment* como resultado de escândalos de corrupção dos quais ela teve "pouco apoio para se defender" (Romero, 2016). No entanto, isso ignorou descaradamente as lutas de anos entre seu governo e autoridades militares hostis, que, ao final do trabalho da CNV, estavam trabalhando com seus oponentes, principalmente Bolsonaro, mas também com seu vice-presidente centrista, Michel Temer (Godoy, 2020). Em retrospectiva, sua eleição e a subsequente comissão da verdade representam um momento decisivo de esperança míope na disputa pela reconstrução da memória pública em relação à ditadura – problema que culminou na eleição de Bolsonaro em 2018 e se mostrou um desafio substancial.

Ao não combater explicitamente a presença das Forças Armadas na política brasileira, sucessivos governos pós-constituinte permitiram que elas consolidassem seu domínio sobre o poder institucional e publicamente disputassem sequestrar as memórias públicas do Brasil sobre a ditadura. As consequências para a democracia foram graves. Já nos idos de 2015, analistas políticos advertiam: "O elemento mais preocupante da extrema-direita conservadora no Brasil, que não tem um equivalente direto na Europa, é o apelo aos militares. O chamado a uma intervenção militar, o saudosismo da ditadura militar, é sem dúvida o aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua conservadora no Brasil" (Löwi, 2015, p. 663). Essa análise prenunciava a resposta da direita à investigação da CNV. Nos três anos em que a CNV conduziu seu trabalho, oficiais e departamentos militares responderam a poucas solicitações da comissão e não enfrentaram consequências por sua insubordinação à comissão civil (Comissão..., 2014).

Como resultado, o relatório oficial da CNV declara como destruídas muitas provas dos abusos cometidos pelos militares (Brasil, 2014). Esse comportamento baseou-se na memória coletiva construída pelos militares. A partir da década de 1980, com a publicação do relatório do projeto Brasil: Nunca Mais, muitos oficiais militares se viram em guerra pela memória (Atencio, 2014).

Um dos aspectos menos compreendidos dessa insubordinação é como ela impactou as memórias públicas sobre a ditadura. Historicamente, militares brasileiros controlaram a narrativa em torno da ditadura, preservando a anistia e mantendo amplo apoio da população. Em parte, foi essa narrativa que abriu caminho para que Bolsonaro ascendesse como uma grande força política. Como observa o cuidadoso trabalho de Bonifácio, Machado e Madeira (2023), Bolsonaro inicia sua carreira eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro (RJ), assumindo o mandato pelo então Partido Democrata Cristão (PDC). Posteriormente, em 1990, elegeu-se deputado federal pelo mesmo partido, iniciando uma longa trajetória de 29 anos de atuação parlamentar (1 ano como vereador e 28 anos como deputado federal), que teve seis reeleições e oito mudanças partidárias. Como observado por Marina Lacerda (2022), desde 2015, ficou evidente, na Câmara dos Deputados, uma coalizão entre a direita cristã e a bancada da segurança. Naquele ano, religiosos e profissionais da segurança pública¹ se organizaram, de forma transversal aos partidos, para ter maioria expressiva na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. O conjunto bloqueou a discussão sobre a efetivação do relatório da CNV. A ascensão de Bolsonaro ao poder não só representou uma mudança radical na política estabelecida a partir de 1988, como também o ápice de décadas em que militares manipularam a memória pública, de abusos e desvios de instituições democráticas do povo brasileiro. Se, no caso brasileiro, a derrocada do suposto “projeto comunista” ocorreu por via da ditadura implantada em 1964, a mesma retórica contra a ameaça comunista e de defesa do regime militar é central no repertório de Bolsonaro, que teve apoio massivo desses fiéis em sua eleição e durante sua gestão.²

A redemocratização argentina assumiu uma forma mais intensa do que a brasileira, no que diz respeito à responsabilização dos crimes de Estado. A Argentina sofreu uma das ditaduras mais violentas, durante a qual dezenas de milhares de pessoas desapareceram – a estimativa de organizações de direitos humanos é de 30 mil desaparecidos ou assassinados (Romero, 2013). Os apelos desesperados por responsabilização da população, especialmente do grupo Mães da Praça de Maio, apresentaram circunstâncias singularmente convincentes. Talvez ainda mais

¹ Dos 17 titulares, nove eram evangélicos ou carismáticos e um era militar. Dos 15 suplentes, dois eram evangélicos e cinco eram policiais ou militares (Lacerda, 2022).

² “Durante a ditadura de 1964-1985, o campo evangélico, em sua maioria, endossou um governo autoritário. Isso se deveu a razões pragmáticas – uma via de mão dupla, na qual os evangélicos eram sequiosos por apoio governamental e os militares buscavam respaldo religioso do grupo que crescia fortemente desde a década de 1930. Deveu-se, sobretudo, a razões ideológicas, centradas no combate aos regimes ligados pela URSS, no anticomunismo, na ideologia moral de livre mercado e na visão de que o capitalismo seria um projeto divino. Esse imaginário relaciona-se à origem estadunidense de religiosos naquele contexto de Guerra Fria: o Brasil era o país que mais tinha missionários protestantes, sendo que o efetivo desses clérigos triplicou entre 1960 e 1970” (Lacerda, 2022, p. 170).

importante, as condições econômicas do país se deterioraram drasticamente após a Guerra das Malvinas (1982).

Com o apoio mínimo da população argentina, a ditadura dispunha de pouco capital político para se defender do novo regime. Para aqueles que integravam o movimento de redemocratização, a responsabilização era primordial e liderada pelos membros da União Cívica Radical (UCR). Assim, o governo democrático lançou um dos esforços mais abrangentes, não apenas na história da América Latina mas também no mundo, para contar as histórias das vítimas da violência patrocinada pelo Estado.

No período imediatamente posterior à ditadura, as coalizões políticas argentinas estavam divididas entre aqueles que apoiavam a anistia: simpatizantes militares de direita e um grande grupo de peronistas. O peronismo é a complexa ideologia populista centrada nas políticas de Juan Perón, que governou a Argentina entre 1946 e 1955 e 1973 e 1974. Às vezes, a ideologia esteve à esquerda, à direita e ao centro do espectro político, mas sempre englobou algum tipo de populismo e nacionalismo. Na época da redemocratização, a maioria dos peronistas simpatizava com o processo de reconciliação militar e formava o núcleo das políticas neoliberais que definiriam a política argentina na década de 1990. Como discutiremos, um movimento reformista substancial, solidamente alinhado à ideologia de esquerda, transformaria posteriormente o peronismo.

Na Argentina, a centro-direita foi fundamental para a criação da Conadep. O presidente Raúl Alfonsín, membro da UCR e presidente de centro-direita, fez do compromisso com a democracia parte principal da sua campanha e foi fundamental para o sucesso e a responsabilização de oficiais militares, resultando no relatório *Nunca más*, da Conadep, e nos julgamentos militares subsequentes (Romero, 2013). Ao contrário do Brasil, que se envolveu em "esquecimento institucional", o presidente Alfonsín e a UCR não concederam anistia a oficiais militares e revogaram a lei de anistia negociada durante a transição para o governo civil. Por sua vez, isso criou um nível quase instantâneo de responsabilização por ações antidemocráticas e violência patrocinada pelo Estado. Essa responsabilização promoveu um ambiente salutar para a democracia, fortaleceu a memória pública da violência e resultou na relutância da maioria dos argentinos em aceitar forças antidemocráticas como merecedoras de poder político legítimo.

Vale a pena questionar se essa estrutura de responsabilização poderia ter existido sem um firme compromisso das ideologias de centro-direita e esquerda em contar as histórias das vítimas da violência patrocinada pelo Estado. No Brasil, partidos políticos de todo o espectro certamente falharam em prover responsabilização. O contraste com a Argentina mostra a necessidade de construção de consenso entre os partidos políticos, mas também o papel crucial da responsabilização na criação desse consenso. A concreta responsabilização por violações de direitos humanos cometidas por líderes militares argentinos é o aspecto forte da história. Essa responsabilização estabeleceu a base para a prevenção da subversão democrática durante suas

crises econômicas e, até recentemente, frustrou o poder político da extrema direita, ao contrário do Brasil.

Uma análise complexa do caso argentino passa por matizar que a história do peronismo, do kirchnerismo, da centro-direita e dos simpatizantes da extrema direita da ditadura militar está entrelaçada com as crises econômicas atuais e históricas, as coalizões políticas e a memória pública.

O kirchnerismo é a força mais marcante da política argentina nos últimos 20 anos. Originalmente liderado pelo presidente Néstor Kirchner, que governou de 2003 a 2007, e continuado por sua esposa Cristina Kirchner (cujo mandato presidencial ocorreu entre 2007 e 2011 e 2011 e 2015, e de vice-presidente, de 2019 a 2023), o movimento político é uma ideologia reformista de esquerda do peronismo. O kirchnerismo enfatiza fortes laços com sindicatos, bem como políticas sociais de esquerda. Além disso, as políticas econômicas propunham grandes subsídios para agricultura, transporte e educação, expansões maciças de programas de obras públicas patrocinados pelo governo e protecionismo. O kirchnerismo também se distanciou da ideologia peronista anterior em seu apoio à democracia e às organizações de direitos humanos. Néstor Kirchner reiniciou os julgamentos de oficiais militares da ditadura, que haviam sido interrompidos com as Leis do Ponto Final e da Obediência Obrigatoria, de 1987, e garantiu a maioria geral da Suprema Corte Argentina para torná-los politicamente possíveis (Romero, 2013). Esses esforços revigoraram o processo de construção das memórias públicas e a necessária parcela de responsabilização que os julgamentos militares de 1985 e o relatório *Nunca más* iniciaram. O maior desafio à democracia argentina antes de 2022 foi a crise econômica de 2001. A inflação disparou para níveis históricos. As instituições democráticas experimentaram grave instabilidade, a ponto de o país ter tido cinco presidentes diferentes em 10 dias.

Os Kirchner foram os presidentes mais pró-democráticos desde Alfonsín. Eles modernizaram a memória pública da ditadura, digitalizaram o relatório *Nunca más*, criaram o Banco Nacional de Genética, reunindo finalmente as famílias dos desaparecidos com seus entes queridos, e, fundamentalmente, estabeleceram o Ministério dos Direitos Humanos para dar continuidade à missão de construção institucional da memória pública. Esses esforços foram essenciais para a construção da memória pública de um país em crise econômica quase constante e, dado o contraste com o Brasil, é razoável sugerir que esses esforços se mostraram frutíferos até agora na proteção da democracia argentina.

No entanto, no último ano, os problemas econômicos da Argentina e uma série de escândalos de corrupção envolvendo Cristina Kirchner criaram um ambiente propício para a ascensão de Javier Milei, um “anarcocapitalista”³ de extrema direita. Em sua campanha, ele

³ Nascido em 1970, natural de Buenos Aires, Milei é filho de um motorista de ônibus e de uma dona de casa. Criado em um ambiente doméstico violento, ele só se reaproximou de seus pais durante a pandemia. Apesar das limitações financeiras, foi goleiro do Chacarita Juniors, nas categorias de base, formou-se em Economia pela Universidade de Belgrano e obteve dois mestrados na área. Além de sua carreira acadêmica, em que lecionou por mais de 20 anos, também trabalhou como consultor para grandes grupos financeiros, como o HSBC, e para figuras proeminentes no meio empresarial. Em 2017, Milei lançou o programa Demoliendo Mitos, transmitido no YouTube

criticou o *establishment* político e pediu uma reforma completa do sistema econômico argentino. Milei também apoiou os negacionistas da ditadura militar, incluindo o vice-presidente que ele escolheu. Após 20 anos de caos econômico, muitos argentinos votaram por uma solução fora da centro-direita estabelecida e do kirchnerismo.

Muitos podem encarar a derrota dos partidos democráticos do *establishment* como um enfraquecimento da tese de que a comissão da verdade argentina e seus processos de redemocratização garantiram uma democracia mais forte do que o processo instituído por seus homólogos brasileiros. No entanto, essa análise se distancia das contínuas crises econômicas que a elite política, tanto kirchnerista quanto de centro-direita, criou e sustentou. Ignora ainda que, no primeiro turno de 2023, os argentinos votaram em candidatos de centro-direita, centro-esquerda, centro e esquerda por um total de 67% dos votos (Martino, 2023). A maioria dos argentinos não escolheu a extrema direita como sua primeira opção. Não fosse a forte reação ao autoritarismo e as verdades evidentes documentadas sobre a violência da ditadura, é provável que a Argentina tivesse sido mais suscetível a um candidato de extrema direita, como Milei, muito antes (Angouri; Wodak, 2014). O sólido estabelecimento de uma memória pública central em torno da violência e do assassinato de 30 mil argentinos desaparecidos ou mortos decerto foi basilar para retardar o sucesso da extrema direita.

A histórica vitória de Milei contra o Ministro da Economia, Sérgio Massa, parece sugerir que a grande maioria dos argentinos não prioriza mais o risco da extrema direita e a negação da violência da era ditatorial em seu desejo por mudanças significativas. No entanto, essa análise ignora o compromisso de décadas da sociedade civil com a governança democrática. A Argentina foi testada por muitas crises econômicas nos últimos 40 anos de democracia — talvez mais do que qualquer outro país do mundo. Diante desses desafios, a vasta maioria do país não se engajou em um movimento para romper sistematicamente as instituições democráticas. Um dos aspectos mais preocupantes da presidência de Milei é seu compromisso internacional com a extrema direita. Bolsonaro foi um dos primeiros e ávidos apoiadores de Milei, e suas comparações com Donald Trump lhe renderam congratulações pessoais do presidente estadunidense. A natureza óbvia desse compromisso internacional de duas figuras de extrema direita que já tentaram subverter ou anular os resultados de eleições democráticas aumenta a preocupação com os riscos assumidos diante da continuidade de sua democracia em busca de mudanças.⁴

e em uma rádio. Com um conteúdo anticorrupção repleto de ataques agressivos a políticos, ele já dava indícios de suas ambições eleitorais. Dados disponíveis em: <https://www.infomoney.com.br/perfil/javier-milei/>. Acesso em: 2 set. 2025.

⁴ Para obter mais informações sobre os esforços de subversão eleitoral de Donald Trump, consulte o relatório final do comitê selecionado para investigar o ataque de 6 de janeiro ao Capitólio dos Estados Unidos, em 2022; disponível em: <https://www.govinfo.gov/collection/january-6th-committee-final-report>; acesso em: 22 out. 2025. Para mais informações sobre a tentativa de Bolsonaro de subverter as eleições brasileiras de 2022, ver Maia et al. (2023).

No entanto, essa análise também ignora o contexto político doméstico, que é muito diferente do dos movimentos de direita apoiados por Bolsonaro no Brasil ou Trump nos Estados Unidos. A inclusão do quadro de centro-direita de Patricia Bullrich em seu gabinete sugere alguma moderação. A retórica de Milei, do primeiro ao segundo turno, refletiu ainda mais que Bullrich e o ex-presidente Macri têm sido firmes em suas posições sobre a precisão histórica da ditadura e a violência sistêmica que ela perpetrhou. Além disso, sua moderação ao *establishment* em outras questões continua a ecoar as realidades políticas do sistema argentino. No início de 2025, Milei chamou o presidente Lula de “comunista” (Taddeo, 2024). A proximidade do presidente argentino com a família Bolsonaro agrava ainda mais essas relações. No entanto, Milei adotou um gesto que reflete as realidades políticas e econômicas ao convidar o presidente Lula para sua posse e enviar diplomatas de carreira para lidar com os danos causados por seus colegas da extrema direita brasileira no passado recente.

Embora a moderação de Milei seja um importante reconhecimento de que uma maioria substancial do país se sente desconfortável com muitas de suas posições antidemocráticas, a evidência mais crucial de que um número esmagador de argentinos permanece comprometido com sua democracia são os resultados de suas eleições legislativas e provinciais. O novo Congresso argentino está muito mais ao centro do que o novo presidente e seu vice. Na recente discussão sobre as novas medidas de austeridade do governo Milei, a centro-direita já demonstrou disposição para criticar o novo governo em uma área em que a direita deveria ser capaz de fazer consensos. Se a centro-direita continuar a demonstrar capacidade de criticar o governo, dará sinais de sobrevivência das instituições democráticas do país.

Sugerimos aqui que é possível considerar as memórias públicas da ditadura como barreiras significativas à intervenção militar na Argentina e, pelo contrário, uma memória pública mais fragilizada da ditadura no Brasil, torna-se um fator crucial para a vulnerabilidade das instituições democráticas do país. A interpretação sobre essas barreiras culturais é importante na análise dos impactos da memória pública sobre as instituições democráticas. A memória pública não existe no vácuo. Embora este artigo tenha demonstrado que a memória pública tem um impacto determinante na estabilidade das democracias nos estudos de caso do Brasil e da Argentina, uma combinação de fatores — incluindo econômicos, sociais e de apoio estrangeiro e contexto histórico — coloca as democracias em risco. No entanto, cada vez mais, as memórias públicas, entrelaçadas aos valores culturais e à produção artística é uma parte vital desses fatores, como nossa análise aponta a seguir a partir dos filmes *Argentina, 1985* (2022) e *Ainda estou aqui* (2024).

[Memórias públicas no cinema: análise dos filmes *Argentina, 1985* \(2022\) e *Ainda estou aqui* \(2024\)](#)

A democracia e os direitos consagrados nas constituições democráticas protegem as liberdades sociais e políticas de todos, mas, quando sob ameaça, as classes de baixa renda e

trabalhadores são os primeiros a sentir diretamente seus efeitos, em proporção inversa a suas redes de apoio: quanto menor a rede de apoio, maior a exposição aos abusos do estado. Na atual disputa política e cultural sobre valores democráticos, hoje atacados por governos de extrema direita, os movimentos pró-democracia têm enfrentado dificuldades, especialmente entre os jovens.

Na Argentina, os jovens formaram a base de apoio à vitória do presidente Javier Milei em 2023 (Amaya, 2023). Os ganhos da extrema direita com esse grupo são um sinal significativo e preocupante para o futuro das democracias. No caso brasileiro, após três anos e meio do novo governo, a juventude fez uma verdadeira reviravolta em termos de apoio político. Se num primeiro momento 60% dos jovens entre 15 e 29 anos apoiavam a eleição de Bolsonaro, em 2022, 67% rejeitava seu governo (Santos, 2023). Em 2022, uma política de “coalizão para a democracia” se formou, consistindo em uma aliança inédita entre os antes adversários do presidente Lula da Silva, da centro-esquerda, como o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, para derrotar o presidente Bolsonaro nas eleições presidenciais (Faria, 2024; Maia, 2021).

Após a derrota apertada de Lula sobre Bolsonaro, o Brasil sofreu uma tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023 – inicialmente descrita como semelhante ao ataque ao Capitólio dos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021. A Polícia Federal respondeu com uma investigação robusta, que levou à prisão de centenas de pessoas. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou Bolsonaro inelegível para concorrer às eleições até 2030 e o Supremo Tribunal Federal (STF) instaurou um processo criminal pela participação de Bolsonaro na tentativa de golpe.

Nesta seção, argumentamos que *Ainda estou aqui* (2024) e *Argentina, 1985* (2022) disputam as memórias públicas sobre a governança de extrema direita e representam um modelo para movimentos pró-democracia em todo o mundo, fortalecendo políticas de memória, especialmente entre os jovens. Também tratamos a recepção de cada longa-metragem como exemplo de apoio público à democracia e pontuamos *insights* sobre a lógica autoritária.

O filme *Ainda estou aqui* (2024), dirigido por Walter Salles, é ambientado no Rio de Janeiro (RJ) e conta com maestria a história comovente de Eunice Paiva (Fernanda Torres), seu marido e ex-deputado, Rubens Paiva (Selton Mello), e seus filhos. Como observam Minella *et al.* (2025), com um alcance de empatia nacional e internacional inédito para o país, o longa, ao tratar do registro das memórias sobre a luta de Eunice, primeiro para saber notícias do marido e, em seguida, para cobrar formalmente do Estado informações sobre as razões e as condições do seu “desaparecimento”, com extrema sensibilidade, desenha as linhas mestras da repressão política que vigorava no país. De muitas maneiras, *Ainda estou aqui* restabeleceu conexões individuais e coletivas com memórias públicas da ditadura ao dar nova vida a uma história que muitas vezes foi notícia, mas não parte de uma referência cultural partilhada. Na história brasileira, movimentos como o abolicionismo no passado (Alonso, 2014), adquiriram relevância pelas manifestações artísticas em contextos de exceção. Sugerimos aqui um elo em comum das lutas

por memória, direitos humanos, reparação e dinâmica antirracista, no caso recente, pela arte cinematográfica.

Por outro lado, o movimento pró-democracia e de direitos humanos da Argentina defendeu e institucionalizou com sucesso muitas de suas prioridades políticas de memória, como o Banco Nacional de Genética e os padrões nacionais de educação. Essas conquistas, inegavelmente, geraram uma boa vontade substancial pela democracia e pelas instituições democráticas, mesmo em meio a 20 anos de turbulência econômica (Amaral, Rocca-Rivarola, 2023). A ascensão do presidente de extrema direita Javier Milei, em 2023, levantou novas questões sobre o apoio às políticas de memória e aos sistemas democráticos. O apoio à democracia caiu para uma média de 70% em 2023, ante o pico de 87% em 2008 (Vanderbilt University, c2025).

Embora alguns acadêmicos tenham usado esse declínio para justificar um correspondente declínio da democracia, o apoio à democracia permanece, em média, 10 pontos percentuais maior na Argentina do que no Brasil. De fato, o Uruguai é o único país do Hemisfério Ocidental com apoio médio à democracia superior à Argentina (Vanderbilt University, c2025). Assim como fatores políticos, como discutido anteriormente, mostram que a população argentina está longe de ser desfavorável à democracia, indicadores culturais também sugerem que o público argentino continua, em grande parte, apoiando a democracia.

Nesse sentido, o filme *Argentina, 1985* (2022), dirigido por Santiago Mitre, documenta a história do procurador-geral Julio César Strassera (Ricardo Darín) e seu copromotor Luis Moreno Ocampo (Peter Lanzani) durante o Julgamento das Juntas, o primeiro grande julgamento de oficiais militares por crimes de guerra desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O longa acompanha a equipe de promotores e os perigos enfrentados ao confrontar os líderes da ditadura militar argentina. O sucesso de *Argentina, 1985* (2022) pode ser pensado como um indicador tanto do apoio cultural à democracia — apesar da eleição do presidente de extrema-direita Javier Milei em 2023 — quanto do fortalecimento de memórias públicas democráticas para as novas gerações. Em 2022, foi o filme nacional mais assistido e o nono mais assistido no geral; está em 12º lugar entre os filmes nacionais mais assistidos de todos os tempos na Argentina. Internacionalmente, *Argentina, 1985* (2022) ganhou vários prêmios aclamados pela crítica, como o Globo de Ouro de Melhor Filme Estrangeiro, bem como uma indicação ao Oscar de Melhor Filme Internacional, em 2023. No contexto político, o filme foi lançado um ano antes das controversas eleições presidenciais argentinas, durante as quais o eventual vencedor, Javier Milei, fez vários comentários que procuravam rejeitar a história estabelecida da junta militar (Lissardy, 2023).

Argentina, 1985 (2022) mostra a ditadura através de uma lente apropriada, que minimiza a importância das figuras políticas, concentrando-se nos heróis que lutaram por justiça e nas vítimas da violência que a ditadura tentou apagar. Em seus momentos mais impactantes, centra-se nas emoções das vítimas e em suas histórias. Durante 15 minutos, logo após a primeira

hora, o espectador assiste a depoimentos quase ininterruptos das vítimas da ditadura. Durante essas cenas, o diretor corta estrategicamente para a multidão assistindo aos depoimentos no tribunal, mostrando homens e mulheres de todas as idades visivelmente perturbados.

Entre os depoimentos, o filme é interrompido para mostrar um carro-bomba explodindo em frente à Casa Rosada, o palácio presidencial argentino, e as ameaças perturbadoras à equipe de acusação. Essas cenas retratam oficiais militares dispostos a torturar ou matar qualquer pessoa – incluindo o novo presidente – que busque responsabilizá-los por suas ações. Na cena seguinte, quando o presidente da Suprema Corte pergunta se as testemunhas têm algo a dizer, Adriana, uma das vítimas, aplaude o grupo MÃes da Praça de Maio por seu ativismo.⁵ Por meio dessas cenas, o filme permite dinâmicas de verossimilhança e empatia frente aos abusos e violências testemunhadas pelas vítimas, que buscam por justiça e reparação e apelam à linguagem dos direitos humanos para isso.

Um dos momentos mais importantes do filme ocorre quando ele reencena a declaração final do tribunal na qual enquadraria diretamente as ações da junta militar, declarando:

A menos que o senso moral dos argentinos tenha descido a níveis tribais, ninguém pode permitir que sequestros, torturas e assassinatos se tornem "incidentes políticos" ou "danos colaterais" em combate. Agora que o povo argentino recuperou o governo e o controle de suas instituições, assumo a responsabilidade de afirmar em seu nome, que o sadismo não é uma ideologia política nem uma estratégia de guerra, é uma perversão moral [...] Meritíssimos: quero renunciar deliberadamente a qualquer pretensão de originalidade para encerrar esta acusação. Quero usar uma frase que não me pertence, porque já pertence ao povo argentino. [...] Meritíssimos: "Nunca mais". (Transcrito de *Argentina, 1985*, 2022, localizável em 1h56min23s-1h57min58s).

Nesta parte do discurso, que é uma reconstituição direta do original de 1985 (Strassera, 2022), Julio desintegra a justificativa da extrema direita para a brutalidade que defende. O discurso reformula a democracia não como uma mera resposta à ditadura, mas sim como um imperativo moral na busca por justiça. A geração mais jovem de eleitores argentinos, que forma um dos maiores grupos de apoio ao atual governo de extrema direita, não viveu o discurso original. Nessa reconstituição artística, espectadores de todas as idades, mas especialmente os jovens, podem reavivar as violências do passado.

⁵ Para uma reflexão comparada sobre o repertório dos movimentos sociais partilhados entre Brasil e Argentina ver: FARIA, Alessandra Maia Terra de. A linguagem como instrumento de luta pelos direitos humanos na América Latina. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 set. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2023/09/a-linguagem-como-instrumento-de-luta-pelos-direitos-humanos-na-america-latina.shtml>. Acesso em: 2 set. 2025.

Conclusão

A ascensão da extrema direita é um problema complexo e multifacetado. A extrema direita provou ser politicamente potente e sua mensagem continuará a repercutir se as tendências políticas observadas persistirem. As principais articulações social-democratas do mundo precisam responder à sua ascensão política ou correm o risco de sofrer impactos drásticos na capacidade de conter seu poder político. Tal se mostra relevante antes que isso resulte no tipo de violência política e social sistêmica do passado, como nas ditaduras do Brasil e da Argentina. As decisões políticas em ambos os países permanecem complexas e a política de memória pública não é exceção. No Brasil, a direita tradicional pode continuar a trabalhar em estreita colaboração com a extrema direita, especialmente considerando que Bolsonaro está impedido de concorrer às eleições até 2030 e que membros de sua família podem concorrer em seu lugar. Para Lula, que representa o *establishment* político brasileiro e as instituições democráticas do país, a permanência da família Bolsonaro representa um desafio. No entanto, como discutimos, o poder fundamental subjacente à figura de Bolsonaro resulta da incapacidade do país de erradicar a influência remanescente de grupos militares antidemocráticos na política; como parte da resposta à extrema direita, o governo brasileiro deve enfrentar figuras que estejam publicamente dispostas a confrontar a Constituição, sejam militares, ou civis, visto que tais articulações demonstraram perigo concreto para a governança democrática.

Uma parte crucial desse trabalho para desarticular alianças entre setores militares e civis antidemocráticos passa pela construção e pelo fortalecimento de memórias públicas que abordem firmemente o passado violento do Brasil e suas ramificações no presente. O Senado brasileiro e os aliados do Partido dos Trabalhadores (PT) no Congresso deram um passo crucial nesse sentido, com o relatório publicado no início de 2025 sobre as insurreições de 8 de janeiro de 2023 e a responsabilização contínua dos envolvidos. No entanto, é necessário fazer mais e fortalecer memórias públicas, como apoiar projetos culturais como o longa-metragem *Ainda estou aqui* e demais iniciativas culturais e lugares de memória (Nora, 1984).

Na Argentina, a centro-direita parece ter se unido ao novo governo Milei, no qual muitos dos indicados e até o próprio presidente expressaram opiniões negacionistas em relação à ditadura. Como mencionado anteriormente, a centro-direita argentina tem uma longa história de apoio às instituições democráticas. O ex-presidente Macri e seus apoiadores foram um ponto de inflexão recente para a democracia nas instituições políticas argentinas. Do ponto de vista cultural, o filme *Argentina, 1985* e a alta aprovação do regime democrático entre o povo argentino indica que este continua comprometido com o “Nunca más”. Os lugares de memória, museus e seus enlaces culturais com o cinema reforçam as memórias públicas em torno da violência da era da ditadura no Brasil e na Argentina e fornecem ao resto do mundo lições sobre como combater os movimentos extremistas de direita, que cultuam essas referências de exceção do passado.

Referências

AGUIAR, Carolina Amaral de. Quando a justiça comove: *Argentina, 1985*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 43, n. 94, p. 439-445, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/X63F8VW7wGJVn7YdtSWMgkB/?lang=pt>. Acesso em: 2 set. 2025.

AINDA estou aqui. Direção: Walter Salles. Brasil: Sony Pictures, 2024. *Streaming* (ca. 120 min).

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 100, p. 115-127, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000300007>. Acesso em: 22 out. 2025.

ALVES, Fernando Roberto Jayme. Necropolítica no extremo norte da Amazônia brasileira: o genocídio Yanomami sob Bolsonaro (2019-2022). *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, [s. l.], v. 17, n. 10, p. e12000, 25 out. 2024.

AMARAL, Oswaldo E. do; ROCCA-RIVAROLA, Dolores. Memory policies on the authoritarian past and outcomes for democracy in Argentina and Brazil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 38, m. III, p. e3811037, 8 dez. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Lfszd35W4k9HdghFyZTqfWz/?format=html&lang=en>. Acesso em: 3 set. 2025.

AMAYA, Víctor. Así es el votante argentino del polémico Javier Milei. *La Razón*, [s. l.], 3 out. 2023. Disponível em: https://www.larazon.es/internacional/asi-votante-argentino-polemico-javier-milei_20231003651b62c8e0d7620001ed989f.html. Acesso em: 1 set. 2025.

AMÉRY, Jean. *Más allá de la culpa y la expiación*: tentativas de superación de una víctima de la violencia. 2. ed. Valencia: Pre-Textos, 2004.

ANGOURI, Jo; WODAK, Ruth. "They became big in the shadow of the crisis": the Greek success story and the rise of the far right. *Discourse & Society*, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 540-565, 2014.

ARGENTINA, 1985. Direção: Santiago Mitre. Argentina: Infinity Hill, 2022. *Streaming* (ca. 120 min).

ATENCIO, Rebecca J. From truth commission to post-truth politics in Brazil. *Current History*, [s. l.], v. 118, n. 805, p. 68-74, 2019.

ATENCIO, Rebecca. *Memory's turn*: reckoning with dictatorship in Brazil. [S. l.]: The University of Wisconsin Press, 2014.

BONIFACIO, Robert; MACHADO, Yury; MADEIRA, Gabriel. Do baixo clero à Presidência da República: explicando o voto em Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. *Revista SAAP*, Buenos Aires, v. 16, n. 2, p. 260-288, 30 mar. 2023. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-19702022000200260&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRAHM, Eric. Uncovering the truth: examining truth commission success and impact. *International Studies Perspectives*, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 16-35, 2007.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 1. E-book. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL. Agência Nacional do Cinema. “Ainda Estou Aqui” faz história no cinema brasileiro. Brasília, DF: Acine, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/assuntos/noticias/ainda-estou-aqui-faz-historia-no-cinema-brasileiro>. Acesso em: 18 jun. 2025.

COLBY, William E. *Foreign relations of the United States: documents on South America* ed. Washington D.C.: Foreign Service Institute: US Department of State, 1974. v. E-II.

COMISSÃO Nacional da Verdade e MP ficam sem respostas dos militares. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 mar. 2014. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/03/23/interna_politica,510848/comissao-nacional-da-verdade-e-mp-ficam-sem-respostas-dos-militares.shtml#google_vignette. Acesso em: 2 set. 2025.

D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *Redemocratização e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

DISCURSO do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na cerimônia de Lançamento do Programa Brasil pela Vida e pela Família. Brasília, DF: Biblioteca Presidência da República, 2022. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-brasil-pela-vida-e-pela-familia>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FARIA, Alessandra. Democracy, the language of rights, coalitions and political system in Brazil. *Social Horizon*, [s. l.], v. IV, n. 8, p. 73-88, dez. 2024. Disponível em: <https://scindeks-clanci.ceon.rs/data/pdf/2787-0693/2024/2787-06932408073M.pdf>. Acesso em: 2 set. 2025.

FARIA, Alessandra Maia Terra de; SILVA, Felipe Maia Guimarães da. Crise e populismo: conceitos e implicações. *Desigualdade & Diversidade*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 24-40, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.DDCIS.56256>. Acesso em: 22 out. 2025.

FARIA, Alessandra; RIVETTI, Jéssica; BUTTERBY, Carolina. Mulheres como o Outro na política brasileira: um balanço das candidatas vice-presidentas, vice-governadoras e vice-prefeitas (2014-2020). *Simbiótica Revista Eletrônica*, Vitória, v. 10, n. 2, p. 294-321, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/38493/28125>. Acesso em: 2 set. 2025.

FITZ PATRICK, Mariel; CRUCIANELLI, Sandra. *Cuántos afiliados a un partido político hay en el país y qué agrupaciones crecieron más en el último año*. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella, 2023. Disponível em: https://www.utdt.edu/ver_nota_prensa.php?id_nota_prensa=21201. Acesso em: 18 jun. 2025.

GENRO, Tarso *et al.* El desafío democrático en Brasil. In: FILMUS, Daniel; ROSSO, Lucila (Org.). *Las sendas abiertas en América Latina: aprendizajes y desafíos para una nueva agenda de transformaciones*. [S. l.]: Clacso, 2019. p. 237-246.

GODOY, Marcelo. Em livro, Temer revela contato com militares antes do *impeachment* de Dilma. *Estadão*, São Paulo, 2 nov. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/em-livro-temer-revela-contato-com-militares>. Acesso em: 2 set. 2025.

HOW many voters have a party affiliation? [S. l.]: USAFacts, 2025. Disponível em: <https://usafacts.org/articles/how-many-voters-have-a-party-affiliation/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

HOWARD, Adam M. *Foreign relations of the United States, 1969-1976: part 2: documents on South America, 1973-1976*. Washington D. C.: United States Government Publishing Office, 2015. v. E-II.

LACERDA, Marina. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 153-176, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872021v42n1cap07>. Acesso em: 22 out. 2025.

LIMA, Gabriel. Cinema brasileiro tem em 2024 melhor ano desde o começo da pandemia. *Metrópoles*, [s. l.], 22 set. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/cinema/2024-recuperacao-cinema-nacional>. Acesso em: 18 jun. 2025.

LISSARDY, Gerardo. “Milei es el primer presidente que cuestiona el consenso contra los crímenes de la dictadura, eso abre un interrogante sobre lo que viene”, *BBC News Mundo*, [s. l], 9 dez. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/articles/cnopnx50zg40>. Acesso em: 18 jun. 2025.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.044>. Acesso em: 22 out. 2025.

MAIA, Alessandra. *Geringonça à brasileira: conexões Pindamonhangaba-Lisboa e coalizões saudáveis*. [S. l.]: Ateliê de Humanidades, 2021. Disponível em: <https://ateliедehumanidades.com/2021/12/18/fios-do-tempo-geringonca-a-brasileira-por-alessandra-maia/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MAIA, Arthur Oliveira *et al.* CPMI: 8 de janeiro: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de janeiro de 2023. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2606>. Acesso em: 25 nov. 2023.

MARTINO, Betiana Fernández. Eleições primárias na Argentina: quem ganhou e quem perdeu. *CNN Brasil*, [s. l.], 14 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eleicoes-primarias-na-argentina-quem-ganhou-e-quem-perdeu/>. Acesso em: 8 set. 2025.

MEDINA, Alberto; SIEGEL-STECHLER, Kelly; SUZUKI, Sara. *Young people and the 2024 election: struggling, disconnected, and dissatisfied*. Medford: Center for Information & Research on Civic

Learning and Engagement, 2025. Disponível em: <https://circle.tufts.edu/latest-research/2024-poll-barriers-issues-economy>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MINELLA, Luzinete S. *et al.* Ainda estamos aqui. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. e105261, 2025. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/PQSCNKrcXLxH7Qv8gttMf3H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 set. 2025.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. Studying populism in comparative perspective: reflections on the contemporary and future research agenda. *Comparative Political Studies*, [s. l.], v. 51, n. 13, p. 1667-1693, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010414018789490>. Acesso em: 22 out. 2025.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire I: la république*. Paris: Gallimard, 1984.

PALADINI, Eduardo. Nueva encuesta electoral: sin Cristina en la cancha y con el riesgo de los “ni-ni” para Milei. *Clarín*, Buenos Aires, 11 jun. 2025. Disponível em:
https://www.clarin.com/politica/nueva-encuesta-electoral-cristina-cancha-riesgo-milei_o_E7ACVsXBhf.html. Acesso em: 2 set. 2025.

PAUGAM, Serge. *A sociedade em laços: teoria do vínculo social*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2025.

PENIDO, Ana; JANOT, Mariana; RODRIGUES, Jorge. *Os militares e o golpe de 2016*. [S. l.]: A Terra é Redonda, 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/os-militares-e-o-golpe-de-2016/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PERLIGER, Arie. Conceptualizing the far right: challengers from the sidelines. In: PERLIGER, Arie. *Challengers from the sidelines: understanding America's violent far-right*. [S. l.]: Combatting Terrorism Center at West Point, 2012. p. 13-18. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep05612.4>. Acesso em: 6 dez. 2023.

QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROMERO, Luis Alberto. *A history of Argentina in the twentieth century*. Tradução: James Brennan. 2. ed. [S. l.]: The Pennsylvania State University Press, 2013.

ROMERO, Simon. Dilma Rousseff is ousted as Brazil's president in impeachment vote. *The New York Times*, New York, 31 ago. 2016. Disponível em:
<https://www.nytimes.com/2016/09/01/world/americas/brazil-dilma-rousseff-impeached-removed-president.html>. Acesso em: 2 set. 2025.

RUBENS, Valente. Entenda o passo a passo e as consequências da Lei da Anistia, que completa 40 anos. *Folha de S.Paulo*, 27 ago. 2019. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/entenda-o-passo-a-passo-e-as-consequencias-da-lei-da-anistia.shtml>. Acesso em: 2 set. 2025.

SANTOS, Brasdorico Merqueades dos. Do mito ao medo: percepções da juventude sobre a qualidade da democracia no governo Bolsonaro. *Ultima Década*, [s. l.], v. 31, n. 61, p. 82-109, out. 2023.

Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362023000200082&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 set. 2025.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memorial Myrian Sepúlveda dos Santos. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 275-311, abr. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/42315>. Acesso em: 15 set. 2025.

SCHETTINI, Andreia. O que resta da Comissão Nacional da Verdade?: a política do tempo nas comissões da verdade. *Revista Direito e Praxis*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1424-1456, jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/57506>. Acesso em: 2 set. 2025.

SCHNEIDER, Nina. Truth no more? The struggle over the National Truth Commission in Brazil. *Iberoamericana*, [s. l.], v. 11, n. 42, p. 164-170, 2011. Disponível em: <https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/1044/724>. Acesso em: 2 set. 2025.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro diz que família é “sagrada” e insinua que LGBTQI+ vão para o inferno. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 17 jan. 2022. Disponível em: https://www.correobraziliense.com.br/politica/2022/01/4978076-bolsonaro-diz-que-familia-e-sagrada-e-insinua-que-lgbtqi-vao-para-o-inferno.html#google_vignette. Acesso em: 18 jun. 2025.

SOUZA, Alice Costa. Entre arte e história: “cultura da memória” na Argentina e no Brasil. In: IX SEMINARIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE LA MEMORIA, 9., 2016, Buenos Aires. *Anais* [...]. Buenos Aires: Centro Cultural de la Memoria Harold Conti, 2016. p. 1-15. Disponível em: http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2016/11/seminario/mesa_28/costasouza_mesa_28.pdf. Acesso em: 2 set. 2025.

STOTT, Michael; POOLER, Michael; HARRIS, Bryan. The discreet US campaign to defend Brazil’s election. *The Financial Times*, London, 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.ft.com/content/07533564-2231-47a6-a7b8-2c7ae330efc5>. Acesso em: 2 set. 2025.

STRASSERA, Julio César. *Closing argument: the trial of the juntas: delivered 18 september 1985*, Buenos Aires, Argentina. [s. l.]: American Rhetoric, 2022. Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/juliocesarstrasseraclosingargument.htm>. Acesso em: 18 jun. 2025

TABAK, Flávio. Pesquisa revela a apatia dos brasileiros diante dos partidos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 jul. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/07/pesquisa-revela-a-apatia-dos-brasileiros-diante-dos-partidos.ghml>. Acesso em: 2 set. 2025.

TADDEO, Luciana. Milei sobre Lula: “Qual o problema em chamá-lo de corrupto? Ele não foi preso?”. *CNN Brasil*, Buenos Aires, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/milei-sobre-lula-qual-o-problema-em-chama-lo-de-corrupto-ele-nao-foi-preso/>. Acesso em: 8 set. 2025.

TEÓFILO, Sarah. Bolsonaro indiciado pela PF: entenda o inquérito do golpe em cinco pontos. *O Globo*, Brasília, DF, 22 nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/11/22/bolsonaro-indiciado-pela-pf-entenda-o-inquerito-do-golpe-em-cinco-pontos.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2025.

THYNE, Clayton L. Supporter of stability or agent of agitation? The effect of US foreign policy on coups in Latin America, 1960-99. *Journal of Peace Research*, [s. l.], v. 47, n. 4, p. 449-461, jul. 2010.

VANDERBILT UNIVERSITY. Center for Global Democracy. *Americas barometer data playground*. Nashville: Vanderbilt University, c2025. Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/data-playground-eng.php>. Acesso em: 18 jun. 2025.

WONG, Edward. Biden puts defense of democracy at center of agenda, at home and abroad. *The New York Times*, New York, 6 set. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/09/06/us/politics/biden-democracy-threat.html>. Acesso em: 2 set. 2025.

ZAVERUCHA, Jorge. The 1988 Brazilian Constitution and its authoritarian legacy: formalizing democracy while gutting its essence. *Journal of Third World Studies*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 105-124, 1998. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/6062>. Acesso em: 2 set. 2025.